



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº 390 / 2023

DA 15ª COMISSÃO - SAÚDE E SEGURIDADE SOCIAL

Relator: Deputado Ronaldo Medeiros

1. RELATÓRIO

Encontra-se nesta Comissão para análise e parecer o Projeto de Lei nº 81/2023 de autoria do Deputado Delegado Leonam, que “dispõe sobre a utilização de tecnologia assistiva para atendimento de pessoas com deficiência auditiva nos hospitais públicos do Estado de Alagoas”.

Em síntese, o Projeto de Lei institui a inclusão, nos hospitais públicos do Estado de Alagoas, de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência auditiva, objetivando oferecer ou adicionar aptidões funcionais a essas. Traz ainda como alternativa à inclusão de tecnologia a alternativa de capacitar pelo menos 1 (um) dos funcionários da instituição para a prestação do atendimento à pessoa com deficiência auditiva.

Na justificativa, expõe que a vontade legislativa busca aumentar a inclusão social de todos os cidadãos e garantir-lhes cidadania e direitos fundamentais. Dessa forma, garantindo o acesso a tais direitos a pessoas com deficiência, afastam-se possíveis atos discriminatórios que possam decorrer da falta de acessibilidade.

É o relatório.

Passo a analisar no que atine à competência desta Comissão.

Várias assinaturas manuscritas em tinta azul, algumas completas e outras parciais, localizadas na parte inferior direita da página.

2. DO PARECER

A matéria foi encaminhada a esta 15ª Comissão - Saúde e Seguridade Social, para ser analisada quanto as seguintes matérias: “assuntos relativos à saúde, previdência e assistência social em geral; organização institucional da saúde do estado; política de saúde e processo de planificação em saúde; Sistema Único de Saúde; ações e serviços de saúde pública, campanha de saúde pública, erradicação de doenças endêmicas; vigilância epidemiológica, bioestatística e imunizações; assistência médica e previdenciária aos servidores do estado; ações e serviços ligados a saúde, assistência e previdência social; ações e serviços ligados a previdência privada; política de benefícios Previdenciários”.

Cumprindo todas as formalidades pertinentes e não havendo óbices quanto aos aspectos que competem a esta Comissão examinar, verifica-se a perfeita regularidade e consonância com as questões de saúde pública, sendo nosso parecer **favorável** no sentido da **aprovação** do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS
TAVARES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 22 de
junho de 2023.

PRESIDENTE

RELATOR

8